

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA ESCOLA: UMA TROCA DE SABERES SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO ENTRE ESTUDANTES DA EJA

CONTEXTUALIZED EDUCATION IN SCHOOL: AN EXCHANGE OF KNOWLEDGE ABOUT THE TRANSPOSITION OF THE SÃO FRANCISCO RIVER AMONG EJA STUDENTS

Raniere de Carvalho Almeida ¹
Marcelino Pereira de Oliveira ²
Ana Cláudia Alves ²

RESUMO:

A educação contextualizada é um recurso pedagógico capaz de promover aprendizagens significativas no ambiente escolar, atraindo a atenção dos estudantes e fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem, por agregar às aulas experiências contextuais, valorizando sua história e contribuindo com seu projeto de vida. Ao priorizar no fazer pedagógico a realidade dos discentes, a escola torna-se aberta, respeitando o princípio da transversalidade, que sugere um trabalho pautado em temas transversais, inclusive, socioambientais como a transposição do Rio São Francisco, que reflete impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Quais os saberes dos estudantes da EJA sobre a transposição em Penaforte? Esta pergunta norteia o projeto com intuito de favorecer práticas transversais no âmbito escolar. Seu objetivo é explorar saberes contextuais de estudantes da EJA sobre a transposição. Para seu alcance foi adotada a pesquisa participante de caráter educacional, tendo como *lócus* a Escola Simão Angelo. O recurso empregado na coleta de dados primários foi a pesquisa de opinião. Constatou-se que os estudantes da EJA Médio possuem conhecimentos relacionados à transposição em suas comunidades, tendo a maior parte deles vivenciado de perto a sua execução. Esses saberes podem ser aprofundados através de aulas com viés interdisciplinar, onde a sua experiência seja considerada.

Palavras-chave: Comunidade. Contexto. Escola. Transposição.

ABSTRACT:

Contextualized education is a pedagogical resource capable of promoting significant learning in the school environment, attracting the students' attention and strengthening the teaching-learning process, by adding contextual experiences to the classes, valuing their history and contributing to their life project. By prioritizing the reality of the students in the pedagogical process, the school becomes open, respecting the principle of transversality, which suggests a work based on transversal themes, including socio-environmental ones, such as the transposition of the São Francisco River, which reflects social, environmental, economic, and cultural impacts. What do EJA students know about the transposition in Penaforte? This question guides the project with the intention of favoring transversal practices in the school environment. Its objective is to explore the contextual knowledge of EJA students about transposition. The educational participant research was adopted for its achievement, having as locus the Simão Angelo School. The resource used to collect primary data was the opinion poll. It was found that the students of the EJA Middle School have knowledge related to the transposition in their communities, most of them having closely experienced its execution. This knowledge can be deepened through classes with an interdisciplinary bias, where their experience is considered.

Keywords: Community. Context. School. Transposition.

1. Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UNIVASF) e Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA). Professor/Coordenador Escolar na EEMTI Simão Angelo (20^o CREDE).

2. Estudante da Educação de Jovens e Adultos na EEMTI Simão Angelo (20^o CREDE).

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa contempla como tema central a educação contextualizada e sua prática no meio escolar por estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na compreensão e difusão de saberes contextuais sobre a transposição do Rio São Francisco no município de Penaforte, empreendimento hídrica governamental que alterou a dinâmica socioambiental, cultural e econômica do território e de sua gente, inclusive, dos discentes que residem nas comunidades impactadas e a própria escola, situada há 535m do mesmo.

A Escola Simão Angelo é a única instituição pública de Ensino Médio do município de Penaforte, recebendo todos os cidadãos residentes nas suas diferentes localidades urbanas e rurais, o que a torna representativa. Sua comunidade escolar é formada por estudantes, pais, professores, funcionários, gestores e representantes da sociedade civil penafortense. A mesma funciona diariamente em três turnos: manhã, tarde e noite, abrangendo um público superior a 550 sujeitos (CEARÁ, 2022).

Sua realização justificou-se por três razões: 1. A valorização da educação contextualizada, das experiências e vivências dos estudantes sobre a transposição na escola; 2. O trabalho com temas transversais em sala de aula, a exemplo da transposição, que compreende aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, e 3. O despertar do protagonismo entre jovens e adultos, tornando-os sujeitos capazes de compreender e difundir o conhecimento de mundo.

Considerar o conhecimento prático que possuem os alunos sobre uma determinada questão ou fenômeno é uma das premissas do processo de ensino-aprendizagem na escola, segundo Freire (2004). É a partir dele que o conhecimento formal se fortalece, agregando valores que o tornem significativo, servindo de base para o seu alcance. Isso tende a facilitar a sua construção e difusão através da escola, por fazer parte do seu meio enquanto sujeito social.

O contexto do estudo envolve o saber contextual dos discentes da EJA sobre a transposição do Rio São Francisco em suas comunidades de origem, onde convivem socialmente, tendo a escola como espaço de discussão, construção e promoção desse conhecimento transversal entre seus pares e a sociedade, sendo protagonistas nesse processo, que compreende suas vivências. O desenvolvimento desse trabalho põe em cheque o conhecimento prático dos estudantes sobre essa obra hídrica e seus efeitos em diferentes dimensões.

Os estudantes da EJA Médio da Escola Simão Angelo, assim como os de outras instituições, tiveram contato direto ou indireto com o desenvolvimento da transposição, seja como morador das comunidades atingidas ou mesmo operários contratados pelos 7 consórcios de engenharia que passaram pelo município ao longo de mais de uma década (BRASIL, 2020). Esse conhecimento de mundo deve ser considerado pela escola no processo de ensino-aprendizagem, adotando-se os princípios da transversalidade e interdisciplinaridade.

Para Freire (2004) a experiência dos discentes em seus territórios ancestrais deve ser vista pela escola como pré-requisito para alavancar seu crescimento cognitivo, intelectual, seja de ordem pessoal e/ou profissional, por agregar valor simbólico ao ato educativo, tornando-o mais significativo para os mesmos. Possibilita ainda que conhecimento formal (científico) seja mais acessível, que os estudantes possam pôr a "mão na massa", sendo protagonistas da sua existência.

A transposição do Rio São Francisco, oficialmente denominada de Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) entrou em execução no município de Penaforte em 2007, transformando a realidade do seu território e população, especialmente, nas áreas social, cultural, ambiental e econômica, que correspondem a princípios da sustentabilidade contidos nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

[ODS], configurando um tema transversal e interdisciplinar a ser trabalhado na escola em seus diferentes componentes curriculares [ONU, 2018].

O objetivo geral deste estudo foi explorar saberes contextuais de estudantes da EJA sobre a transposição do Rio São Francisco em Penaforte-CE, e os específicos: I. Levantar conhecimentos socioambientais, culturais e econômicas dos estudantes acerca da transposição do Rio São Francisco; II. Socializar entre os estudantes da EJA experiências relacionadas à transposição em seus territórios. Para seu desenvolvimento foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa participante de cunho observacional e reflexivo, contemplando dados e informações acessíveis, além de ouvir a opinião dos estudantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Contextualizada

Segundo a Constituição Federal brasileira, em seu Art. 205, a educação é vista como um direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser incentivada pela sociedade, de modo a oportunizar a matrícula e permanência do aluno na escola, a fim de torná-lo cidadão, consciente dos seus direitos e deveres. Para isso deve ser universal, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outra forma de discriminação [BRASIL, 1988].

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) diz em seu Art. 1º que a educação abrange processos formativos baseados na vida familiar, convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais. Denota-se que o processo de ensino-aprendizagem vai além da sala de aula, devendo compreender o contexto, já que a educação começa fora da escola [BRASIL, 1996].

Os temas transversais, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sugerem que sejam trabalhados na escola, de forma interdisciplinar, conceitos e valores democráticos, cidadania, questões relevantes à sociedade contemporânea – como ética, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo, orientação sexual e pluralidade cultural – nas suas diferentes disciplinas, representando o contexto e seus sujeitos em todas as áreas do conhecimento [BRASIL, 1998].

De acordo com Lopes (2002) o princípio pedagógico da contextualização é um dos conceitos fundamentais da reforma curricular do ensino médio ocorrida em 1990, assim como o pilar de destaque dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) definidos em 1999, o que remete a necessidade do contexto situacional, suas ocorrências e fenômenos serem considerados e, sobretudo, trabalhados na escola, a exemplo da transposição do Rio São Francisco, tornando sua práxis significativa para os estudantes.

A educação contextualizada também é contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN). O documento explicita que as práticas educativas precisam evidenciar o princípio da interdisciplinaridade e da contextualização. O currículo escolar deve considerar os saberes (vivências e experiências) que possuem os alunos sobre seu contexto, e ao mesmo tempo promover o cruzamento das disciplinas e seus objetos do conhecimento, a partir do desenvolvimento de projetos pautados na realidade dos discentes, favorecendo uma aprendizagem significativa [BRASIL, 2010].

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a necessidade de uma educação contextualizada, que considere e valorize o contexto situacional em que estão inseridos os estudantes e demais sujeitos que constituem comunidade escolar. A mesma é vista como um processo permanente de compreensão e

intervenção dos discentes, a partir do meio em que vivem/convivem socialmente, que pode influenciá-lo no tocante ao processo de ensino-aprendizagem, assim como na tomada de decisões visando a transformação da sua realidade através da educação (BRASIL, 2018).

O Novo Ensino Médio, que teve sua implantação iniciada em 2022 na 1ª série, estendendo-se progressivamente até 3ª série em 2024, traz em seu bojo a educação contextualizada como princípio norteador, ratificando o “educar para a vida”. A contextualização do ensino é discutida desde a reforma educacional na década de 1990, buscando superar a lógica tecnicista e gnosiológica, que o envolvia. Para Filho *et al.* 2018, p. 1) “O mundo real fica apenas aos discursos pedagógicos e a ontologia é subsumida ao paradigma da dita sociedade do conhecimento”, o que reforça a necessidade de uma pedagogia contextual em uma perspectiva reflexiva.

2.2 Transposição do São Francisco

O Nordeste brasileiro apresenta um clima semiárido, predominantemente seco durante a maior parte do ano, caracterizado por chuvas irregulares, escassas, e temperatura consideravelmente elevada, girando entre 25° e 28°C. É um dos fatores desencadeantes dos períodos de estiagem (seca) fenômeno climático que ocasiona problemas de ordem socioambiental e econômica, decorrente da escassez de água e/ou sua má distribuição, já que é essencial à manutenção da vida (BRASIL, s.d.).

Quando da colonização da região Nordeste, onde se cultivava a cana-de-açúcar e outras culturas, o rei Dom Pedro II viu em 1877, após uma grande seca, a necessidade de transpor as águas do Rio São Francisco, a fim de “solucionar” o problema da seca no Sertão, tornando sustentável a agricultura e pecuária nos períodos de estiagem. Mas seu plano não se concretizou, sob a alegativa de insuficiência financeira da coroa portuguesa e inexistência de aparato de engenharia para tal (CASTRO, 2011).

Em 2004, após quase dois séculos, já no Brasil República, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva autorizou o Ministério da Integração Nacional (MIN) a realizar o Relatório e Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) visando o licenciamento junto a órgãos como o Instituto Nacional de Meio Ambiente (IBAMA) e a Agência Nacional das Águas (ANA), a fim de viabilizar a maior obra hídrica, denominada de Projeto São Francisco (PISF), popular transposição (BRASIL, 2004).

A transposição do São Francisco foi dividida em dois eixos: Leste e Norte, totalizando 700 km de extensão, abrangendo 4 estados brasileiros: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O segundo eixo parte do município de Cabrobó-PE em direção a Salgueiro-PE, passando por Terra Nova-PE, Verdejante-PE e chegando a Penaforte-CE (Meta 1N) através do túnel dos milagres. A obra teve início em 2007, através do consórcio de engenharia Águas do São Francisco. Penaforte foi o primeiro município cearense a receber o PISF e 13 anos depois as águas (BRASIL, 2020).

Penaforte é cortado de Leste a Oeste, Sul a Norte, em um raio de, aproximadamente, 10 km por canais concretados com pontes, galerias e outras obras de engenharia hídrica, que atravessam 9 localidades urbanas e rurais: Vila Noá, Baixio das Bestas, Frei Damião, Areias (Arco-Iris), Baixio do Couro, Lagoa Preta, Retiro, Juá e Bom Haver, as quais sofreram seus impactos de forma direta e acentuada (BRASIL, 2000; PENAFORTE, 2020). São nessas comunidades do município que reside parte dos estudantes da Escola Simão Angelo, professores, funcionários, agricultores, pecuaristas e demais cidadãos.

O PISF, projeto que norteia a transposição, traz em seu planejamento um conjunto de 38 programas, inclusive, educacionais, que objetivam mitigar impactos durante a execução das obras iniciais e complementares. Entre suas ações foram desenvolvidas capacitações/oficinas de Educação Ambiental destinadas a professores da Educação Infantil ao Ensino Médio, além de palestras em praça pública,

direcionadas à comunidade escolar e em geral, sensibilizando a população penafortense sobre a importância do empreendimento e seus impactos (BRASIL, 2004).

3. METODOLOGIA

3.1 Método, público e *lócus* da pesquisa

Este trabalho de pesquisa é de natureza básica, abordagem qualitativa e objetivo exploratório-explicativo, adotando como procedimento metodológico a pesquisa participante, onde todos os sujeitos se envolvem, despertando o protagonismo. Para embasar seu referencial e as discussões adotou-se a revisão bibliográfica e documental. Segundo Brandão e Borges (2008) a pesquisa participante é um trabalho de educação popular realizado com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais.

A pesquisa em questão teve como público 41 estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), inclusive, aqueles que residem nas imediações do canal da transposição do Rio São Francisco no município de Penaforte. Seu desenvolvimento contou com a participação direta de dois estudantes orientandos da turma e um professor-orientador. Todos são conhecedores do empreendimento hídrico, por estar situado próximo a suas residências.

O *lócus* da pesquisa foi a sala de aula da EJA Médio, turma B, turno noite, onde estudam diariamente os alunos, a qual funciona na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Simão Angelo, situada a apenas 535 metros da transposição, que cruza 9 comunidades locais, rurais e urbanas, onde vivem boa parte dos sujeitos envolvidos neste trabalho. Estes trazem para a sala de aula seus conhecimentos contextuais em torno da obra, socializando com seus colegas.

3.2 Período de realização, descritores e fontes

O estudo foi realizado entre 07 de março e 20 de outubro de 2022. Buscou levantar fontes bibliográficas e documentais relacionados ao tema da pesquisa em bases de domínio público, fornecendo dados secundários e primários, respectivamente, assim como a aplicação de questionário semiestruturado com 20 itens em forma de pesquisa de opinião. Esta foi realizada de forma virtual com o uso do *Google Forms*. Para Weber e Pérsigo (2017) a pesquisa de opinião parte de um tema a ser investigado junto a um grupo social determinado.

Para a coleta de dados em bases virtuais como o *Google Scholar* foram empregados descritores relacionados ao objeto da pesquisa: 1. Educação Contextual; 2. Projeto São Francisco; 3. Escola; 4. Penaforte-CE. Foram localizadas 34 fontes, entre resumos, artigos, livros, dissertações e reportagens. Essas passaram por critérios de inclusão/exclusão como a relação direta com o tema da pesquisa e temporalidade não superior a 20 anos, exceto para legislação e obras consagradas, sendo selecionadas 20.

3.3 Tratamento dos dados e preceitos éticos

Na análise dos dados coletados, seja nas bases virtuais e/ou em campo [escola], adotou-se o estudo de conteúdo em uma perspectiva qualitativa, fenomenológica, com vistas a apuração de cada informação localizada em fontes teóricas de cunho bibliográfico e documental, e no levantamento virtual realizado junto aos estudantes da EJA, referentes a sua realidade comunitária, através de questionário de opinião, onde puderam imprimir suas vivências relativas ao fenômeno estudado.

Os dados foram analisados e associados, considerando sua relevância e relação com o tema da pesquisa, buscando promover as experiências contextuais dos alunos, convertendo-as em conhecimento científico, o qual é trabalhado nas escolas e outros espaços formativos, devendo ser valorizado no processo de ensino-aprendizagem, a partir do momento em que adentram ao ambiente escolar, o qual constitui uma comunidade.

Este estudo respeitou os preceitos éticos da pesquisa científica, expressos nas Resoluções CNS/MS 466/2021 e 510/2016, especialmente, o Art. 1º, parágrafo único, desta, que destaca situações em que é dispensável a avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa [CEP]. A pesquisa teve viés didático-pedagógico, utilizando dados de domínio público, revisão de literatura e pesquisa de opinião, não identificando seus participantes. Não trouxe riscos nem conflito de interesses. A participação dos estudantes foi voluntária, mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido [TCLE].

3.4 Análise e discussão dos resultados

A caracterização socioeconômica do público demonstrou que a maioria dos participantes [41,7%] possui idade entre 33 e 40 anos. Esses são seguidos por jovens entre 18 e 24 anos, que representam 33,3%. Na faixa de 25 a 32 foram 16,7% os pesquisados e acima de 40 anos 8,3%, indicando que a maior parte do público pesquisado (66,7%) é adulto. Todos têm buscado a conclusão da educação básica. Quanto a sua cor/raça, 100% se autodeclarou parda, provavelmente, pela população brasileira, inclusive, nordestina, representar uma miscigenação racial entre brancos, pretos e índios.

Os estudantes da EJA da EEMTI Simão Angelo são em sua maioria adultos, pais ou mães chefes de família, que buscam na escola a formação básica de nível Médio, tanto para prosseguirem nos estudos, inclusive, em cursos profissionalizantes, técnicos e superiores, quanto para atuarem no mercado de trabalho formal, submetendo-se a concursos e seleções, qualificando-se na profissão já exercida ou buscando-se o primeiro emprego, geralmente, no setor privado. A escola, enquanto instituição pública, busca preparar o educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [BRASIL, 1996].

Quanto ao gênero dos pesquisados, 75% [a maioria] declarou ser feminino, enquanto 25% masculino. Nenhum sujeito declarou ser transgênero ou de outra orientação, o que remonta a necessidade de uma maior inclusão desse público na EJA, modalidade de ensino aberta a jovens e adultos. O fato das mulheres representarem a maior parte dos pesquisados, indica o crescimento delas nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, uma tendência atual onde a mulher tem ampliado seu espaço.

O movimento feminista tem estabelecido um equilíbrio de gênero, tanto no âmbito educacional, familiar como na divisão do trabalho, abrindo espaço para a inserção feminina na escola, universidade e especialmente no mercado de trabalho, onde alcança sua liberdade financeira, libertando-se da histórica dependência masculino, antes provedora da sua subsistência. Afinal, o homem era visto como "chefe do lar", responsável por suprir as necessidades da prole, enquanto a mulher, um sexo frágil, incumbida de cuidar do lar. O empoderamento feminino tem sido essencial para o alcance da igualdade de gênero, que é contemplada no ODS-5 da Agenda 2030 [ONU, 2018].

Figura 1 – Centro de Penaforte-CE ao lado da transposição.

Fonte: Na Rota das Notícias (2018).

Todos os participantes da pesquisa declararam renda mensal entre $\frac{1}{2}$ [meio] e um salário mínimo, caracterizando-os como de classe baixa, segundo o IBGE. A maioria dos trabalhadores é autônomo e informal, sem registro da carteira profissional, sendo as fontes de renda no município (Figura 1) o comércio, benefícios assistenciais, agricultura e serviço público. Quanto ao seu domicílio, 53,8% moram no Baixo do Couro, 16,7% no Baixo das Bestas, 8,3% no Frei Damião e 21,2% em outras localidades. Ou seja, 78,8% reside em territórios diretamente afetados pelo PISF.

O município de Penaforte, onde moram os sujeitos pesquisados, tem uma população estimada em 9.207 pessoas. Sua área territorial é 150,536 km² e densidade demográfica 57,96 habitantes por km². Em 2020 seu PIB per capita era de R\$ 12.715,18, sendo as principais fontes de renda da população a agricultura, o comércio e serviço público, além de renda proveniente do trabalho informal, benefícios assistenciais e de transferência de renda. Em 2020 a renda média mensal era de um salário-mínimo e meio, sendo 8,1% a proporção de pessoas ocupadas na época (BRASIL, 2020-2021).

Os saberes do público sobre a transposição são satisfatórios para 58,3% dos pesquisados e muito satisfatórios para 16,7%. Parte dos alunos (16,7%) declarou ser indiferente, não tendo opinião formada, enquanto 8,3% diz ser muito insatisfatórios, demonstrando que, apesar da maioria conhecer bem a obra (75%), necessitam aprofundar seu conhecimento do âmbito local, já que as informações veiculadas pela mídia contemplam todo o PISF. 66,7% concordam que a transposição alterou a realidade das suas comunidades, enquanto apenas 16,7% discordam. Os demais (16,6%) demonstram indiferença.

O PISF contemplou em seu planejamento uma série de ações socioeducacionais e assistenciais visando instruir a população penafortense e de outros territórios no tocante aos possíveis impactos desencadeados pela execução da obra, além das atividades mitigadoras. Foram realizadas formações de professores multiplicadores, oficinas temáticas, palestras e visitas técnicas em campo (BRASIL, 2004, 2020). Isso refletiu no fato da maioria dos estudantes pesquisados avaliar como satisfatório seu conhecimento sobre a transposição, assim como o fato de boa parte residir nas imediações e ter convivido com a sua execução durante mais de uma década.

Os estudantes pesquisados apontaram os pontos positivos e negativos da obra de transposição em suas comunidades. Referente aos primeiros: a geração de emprego e renda, o aumento de empregados, avanço na economia local, a chegada da água, utilização da mesma, a construção da barragem e túnel, e melhor oferta de água para a dona de casa realizar afazeres domésticos, saciar a sede dos seres. Em relação aos

negativos: o desmatamento, deslocamento de pessoas, a inutilidade da obra para a população, uso em desacordo com o projeto, falta de segurança (sem cercas), acidentes constantes, atraso na conclusão e pontos indefinidos.

Os respondentes da pesquisa de opinião relataram ainda que após a sua inauguração, em 26 de junho de 2020, a transposição do Rio São Francisco tem proporcionado baixo desenvolvimento em Penaforte, pois passou a dispor de poucos postos de trabalho formal e somente para atuar na equipe de manutenção do canal e serviços complementares como o processo de reflorestamento das áreas degradadas, que teve início em Penaforte no último trimestre de 2022. A maioria dos estudantes pesquisados afirma que o empreendimento não tem gerado avanços expressivos à população até o momento.

Durante a execução do PISF (2007-2020) a população de Penaforte pode acessar mais de 500 oportunidades de emprego em diferentes funções, setores e estágios da obra, aquecendo a economia local. Esses postos de trabalho foram ofertados pelos 7 consórcios de engenharia que passaram pelo município. Estudantes da EJA e demais cidadãos puderam ter seu primeiro emprego formal com carteira assinada. Jovens do Ensino Médio direcionaram suas escolhas profissionais baseadas na carência de profissões apresentada pelo projeto como engenharia, gestão ambiental, informática e segurança do trabalho. Porém após inaugurada, os empregos tornaram-se escassos, por não haver uma política continuada de emprego e renda, a partir das águas da transposição.

Figura 2 – Transposição do São Francisco em Penaforte.



Fonte: Portal G1-Globo (2020).

Outro ponto desta pesquisa foi a socialização de saberes entre seu público, referentes à transposição (Figura 2). 33,3% dos alunos questionados disseram ser algo relevante na escola, seguido de 25% que apontou ser muito relevante, 8,4% indiferente, 25% pouco relevante e apenas 8,3% irrelevante. Denota-se que a maioria (58,3%) acredita ser importante explorar esses saberes na escola, favorecendo uma aprendizagem significativa. Trabalhar temas transversais sobre a realidade local é muito relevante para 50% dos estudantes, seguido de 41,7% (relevante) e 8,3% (irrelevante), denotando que a maior parte dos pesquisados (91,7%) valoriza a transversalidade.

As diretrizes educacionais, a exemplo da LDB, PCN, DCN e BNCC, apontam para um processo de ensino-aprendizagem contextualizado, que acolha e valorize as experiências dos estudantes em seu contexto situacional trazendo, à escola, questões transversais como meio ambiente, saúde, ética, trabalho e pluralidade. Apesar de representarem um norte para o trabalho educacional interdisciplinar nem todas as instituições consolidam essa prática, deixando de lado saberes relevantes para a formação crítica e política

dos sujeitos, a exemplo do PISF. A maioria dos participantes desta pesquisa ratificou essa discussão na EJA, deixando claro sua significância.

Socializar experiências sobre a transposição na escola é muito relevante para 50% dos pesquisados, relevante para 41,7% e irrelevante para 8,3%. Ou seja, para a grande maioria (91,7%) abordar esse tema em sala é importante para a formação. Aulas que valorizem a experiência do aluno são muito relevantes para 58,4% e relevantes para 25%. Só 8,3% dizem ser pouco relevante e 8,3% irrelevante. Esses dados ratificam a importância da escola aberta, que explore as vivências dos alunos. Práticas contextuais de ensino são vistas por 83,4% dos discentes como importantes para formação cidadã.

A escola é concebida como um espaço democrático, aberto e plural, acolhendo todos os sujeitos independentes das suas características socioeconômicas e culturais. Seu propósito é formar cidadãos ativos, conscientes dos seus direitos e deveres, que possam exercer a cidadania com harmonia e plenitude. Ao considerar as vivências dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, a escola busca estabelecer certa igualdade entre os mesmos, visando à transformação da realidade em que estão inseridos, além da sua inclusão na sociedade (FREIRE, 2004).

Figura 3 – Estudantes da EJA na EEMTI Simão Angelo.



Fonte: dos autores (2022).

Na visão dos estudantes da EJA (Figura 3), esta pesquisa é muito relevante para 41,7%, relevante para 33,3% e indiferente 8,4%. O restante aponta como pouco relevante (8,3%) e irrelevante (8,3%). Isso expressa que a maior parte (75%) viu este trabalho como, no mínimo, relevante. A participação estudantil de jovens e adultos no mesmo foi considerada relevante (41,7%) e muito relevante (41,7%), demonstrando sua importância socioeducacional. A cooperação entre os estudantes em sala foi avaliada como relevante para 91,6%, por agregar vivências e valores.

De acordo com a BNCC, a pesquisa e o protagonismo são aspectos que devem estar presentes na escola, especialmente, na prática pedagógica dos professores, tornando o processo de ensino-aprendizagem prazeroso e instigante, desenvolvendo competências específicas (BRASIL, 2018). Os estudantes são incentivados a investigar fenômenos como a transposição do Rio São Francisco em seu território, tornando-se construtores e multiplicadores do conhecimento, o que vem a despertar seu protagonismo. O espírito de liderança, diálogo, comunicação e proatividade são características de um sujeito protagonista, autônomo (FREIRE, 2004).

Na EJA, a aprendizagem sobre a transposição foi avaliada por 41,7% dos alunos como muito relevante, seguido de 50% como relevante, demonstrando que a maioria (91,7%) desenvolveu algum conhecimento relacionado, restando 8,3% que a viu como irrelevante. A avaliação global do projeto desenvolvido na EJA foi muito relevante para 50% dos alunos e relevante para os demais, o que possibilita dizer que todos os sujeitos consideraram-no importante.

O conhecimento de mundo configura-se como pressuposto para uma aprendizagem contextualizada, favorecendo o desenvolvimento de habilidades como a criticidade, capaz de superar a visão reducionista e cartesiana de educação. A construção da identidade estudantil passa por valores e atitudes desenvolvidos, especialmente, na escola, que agrega questões transversais como a ética, cultura e humanismo, fortalecendo o fazer pedagógico e a condição humana. A aprendizagem contextualizada desenvolve o conhecimento espontâneo e abstrato. Assim, torna o aluno produtor. Ao invés dele ser um mero expectador (LOPES, 2002).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho observou-se que os estudantes da EJA Médio da Escola Simão Angelo em Penaforte-CE possuem conhecimentos acerca de aspectos socioambientais, culturais e econômicos relacionados à transposição do Rio São Francisco em suas comunidades. Inclusive no tocante aos impactos positivos e negativos ocasionados sobre elas, além do estado de funcionamento atual da obra, o qual demonstra certa precariedade. Esses saberes foram aprofundados com a realização desse trabalho científico de cunho pedagógico.

Os saberes contextuais dos estudantes da EJA sobre a transposição no território municipal foram diagnosticados e em seguida construídas/desenvolvidas ações pedagógicas no sentido de promovê-los e ampliá-los, a partir da escola de forma colaborativa em conjunto com os demais discentes e docentes da turma. Os jovens e adultos colaboraram desde o início da pesquisa, demonstrando protagonismo e interesse em trazer para a sala de aula um tema transversal e interdisciplinar amplamente discutido pela sociedade brasileira.

A pesquisa conseguiu explorar, através da educação contextualizada, saberes dos estudantes sobre a transposição do Rio São Francisco em Penaforte, a partir da escola, e difundi-los na comunidade escolar, tornando mais significativa a aprendizagem dos discentes da EJA, valorizando suas experiências diárias nas localidades onde residem, as quais em sua maioria foram afetadas pela execução desse projeto hídrico governamental ao longo de 13 anos. Os sujeitos pesquisados acompanharam todo o seu desenvolvimento.

Como a pesquisa científica é processual, sugere-se a continuidade desse estudo interdisciplinar aprofundando temáticas como a questão social, ambiental, econômica e cultural em torno da transposição do Rio São Francisco em Penaforte, tendo a comunidade escolar como espaço propício para a discussão, construção e difusão do conhecimento. Ela deve considerar o contexto onde está inserida, assim como os sujeitos que a transformam. A transversalidade consolidar-se-á no dia a dia das escolas, através de seus estudos e práticas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, [S.l.], v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Convivência com a Seca**. Perguntas e Respostas. s.d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-convivencia-com-a-seca/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados: Penaforte. 2020-2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/penaforte.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução n.º 4 de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções n. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)**. Notícias. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CASTRO, C. N. **Transposição do Rio São Francisco**: análise de oportunidade do projeto. IPEA. Texto para discussão 1577. 2011.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE). **Dados da EEMTI Simão Angelo**. 2022. Disponível em: <https://sige.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 07 ago. 2022.

FILHO, O. N. M. [et al.]. **rincípio da contextualização na reforma do ensino médio no Brasil: em busca de uma leitura ontológica.** **Revista Educação Unisinos.** v. 22, n. 2, p. 185-193. Abr/Jun, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação & Sociedade.** v. 23, n. 80, p. 386-400. 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

PENAFORTE. Prefeitura Municipal. **Dados do município.** 2020. Disponível em: <https://penaforte.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 8 ago. 2022.

WEBER, A. F.; PÉRSIGO, P. M. **Pesquisa de Opinião Pública: princípios e exercícios.** 86 p. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017.